

Seguro saúde e inflação

JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS*

Em trabalho recentemente divulgado sobre o comportamento geral dos preços no Município de São Paulo, em cinco anos, desde a implantação do Plano Real, o Dieese veiculou a informação de que no grupo de itens relacionados com a saúde “os aumentos da assistência médica (194,2%) foram os que mais pressionaram a taxa” de inflação específica desse setor. Essa informação, citada pelo Idec em seu “Guia dos Planos de Saúde” e exaustivamente repetida pelos órgãos de imprensa, deve ser lida e entendida em seus limites exatos – e não deve permitir que se generalize e se confunda esse índice global de aumento, apurado pelo Dieese para o setor de assistência médica, com o reajuste concedido pelas autoridades para segmentos específicos, tais como o do seguro saúde.

Além disso, um outro lado a ser considerado relativamente a informações econômicas dessa natureza é que, desde a implantação do Plano Real, os especialistas têm reconhecido que o mercado brasileiro, em qualquer dos seus segmentos, vem se beneficiando com uma melhor visibilidade no processo de formação de preços. Mais bem informado, o consumidor tem podido comparar a evolução de sua renda em face dos custos de manutenção de seu padrão de vida, escolhendo com maior liberdade

os serviços e bens que se ajustem às suas necessidades, tanto no que diz respeito à qualidade quanto à sua capacidade de pagamento.

Decorre, então, dessa maior transparência do mercado pela via da informação, a necessidade de que as séries estatísticas e as análises produzidas por entidades especializadas, para a orientação do consumidor, sejam bem compreendidas, sejam consideradas em seus sentido e alcance verdadeiros, especialmente quando se relacionam com assunto de tal importância, como a saúde da população. E é exatamente por isso que, diante de estatísticas como essas do Dieese, a Fenaseg, entidade que presidimos, considera indispensável um esclarecimento técnico ao público em geral, e em especial aos consumidores do seguro saúde.

Considere-se por exemplo que, ao contrário do que pode ser entendido de uma simples leitura daquele estudo, os reajustes acumulados desde 1994 nas mensalidades do seguro saúde (68,10%) mantiveram-se muito abaixo do percentual divulgado pelo Dieese para o subgrupo assistência médica (194,2%). É o que demonstra a Tillinghast Towers Perrin, empresa de renome internacional no setor de atuária e consultoria na área de assistência privada à saúde, em trabalho técnico destinado a “esclarecer o papel das empresas de seguro saúde, com enfoque na necessidade de reajuste financeiro ao longo dos últimos cinco anos”.

Conforme demonstrado nesse estudo da Towers, um seguro individual ou familiar comprado em outubro de 1995 por R\$ 100,00 mensais estaria custando hoje R\$ 168,10, mantidos os mesmos plano, faixa etária e os reajustes aprovados pela Susep ou ANS. Considerando-se que entre os custos médico-hospitalares incorridos pelas seguradoras incluem-se itens importados, não seria impróprio comparar esse reajuste de 68,10%, acumulado ao longo de cinco anos, com a variação do dólar comercial no período, que alcançou 91,81%.

Diante desses fatos, o estudo da Towers destaca, em conclusão, que a evolução dos preços dos seguros saúde individuais-familiares, tal como aprovada pelo governo federal, “está em linha com alguns índices gerais de inflação” e não se afasta dos percentuais referentes aos índices gerais de preços. E mais uma vez fica evidenciado que é sempre recomendável manter alguma cautela na leitura de estudos ou estatísticas de ordem geral, sobre segmentos específicos da economia brasileira. Mesmo quando verdadeiros em suas formulações, podem levar a conclusões equivocadas se, tiradas de seu contexto real e objetivo específico, as informações neles contidas forem estendidas a situações que não constam de seus objetivos iniciais.

*Presidente da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização